



Berlinguer: governo ou oposição?



Andreotti: um minicompromisso?

ITÁLIA

Tudo como sempre

O milagre italiano de multiplicar eleições sem mudar nada no quadro político

Os eleitores italianos são infatigáveis. Após três disputadíssimas eleições legislativas em oito anos, dois referendos apenas em 1977 e dezenas de eleições parciais, regionais e municipais de 1975 para cá, chegou-se a afirmar que a campanha para as eleições gerais de domingo e segunda-feira passados, dias 3 e 4, tinha batido todos os recordes de monotonia desde a libertação da Itália, em 1945. Mesmo assim, encerrada a votação, às 14 horas de segunda-feira, verificou-se que, dos 42,2 milhões de eleitores inscritos, num país onde o voto não é obrigatório, houve um avassalador comparecimento de 89,9% às urnas.

Esse fervor democrático parece ainda mais curioso diante dos resultados. Ao contrário do que ocorre em outros países, as eleições na Itália não costumam servir para introduzir grandes mudanças políticas — limitando-se, no geral, a confirmar com algumas nuances a situação anterior. Assim, vinte anos atrás, quatro italianos em cada dez eram favoráveis à Democracia Cristã, três eram comunistas e um era socialista, enquanto os dois restantes hesitavam entre uma multidão de pequenos partidos de todas as tendências. Pas-

sam-se os anos e abatem-se as crises sobre a Itália: os novos preços do petróleo em 1973/1974, a inflação e o desemprego em 1976, a rebelião dos estudantes em 1977, o terrorismo, enfim, que só em 1978 atacou 2 365 vezes, matando 37 pessoas e ferindo 412. No fim das contas, os italianos voltam às urnas, como acabam de fazer, e produzem praticamente o mesmo resultado: fica tudo mais ou menos como antes.

NENHUMA MAIORIA — “Infelizmente, não podemos excluir a possibilidade de passarmos de uma democracia difícil para uma democracia mais difícil ainda”, profetizava o secretário da Democracia Cristã, Benigno Zaccagnini, antes mesmo de os computadores do Ministério do Interior processarem os resultados finais das eleições. Esses resultados acabaram indicando que a Democracia Cristã, que, segundo todas as pesquisas, deveria crescer consideravelmente, acabou perdendo terreno — mas, tão pouco que ficou quase exatamente onde estava. No pleito mais significativo, o relativo à Câmara dos Deputados, a DC perdeu 0,6% dos votos em relação aos obtidos em 1976, conse-

guindo 38,3% do total. Não obstante, devido ao sistema proporcional de votação em vigor na Itália, sua bancada de senadores ganhou três cadeiras, passando a ter 138. Já seus 262 deputados representam a perda de um, em relação a 1976.

Por sua vez, o Partido Comunista sofreu perdas percentualmente bem mais graves que a DC: caiu de 34,4% para 30,5%. Seus 116 senadores encolheram para 109 e, de 227 deputados, o PCI baixou para 201. Por fim, os socialistas, que esperavam voltar aos melhores tempos da década de 60, quando tinham 15% dos votos dos italianos, ganharam magros 0,2% em relação a 1976, chegando apenas a 9,8%. Suas bancadas cresceram de 57 para 62 deputados e de 29 para 32 senadores. Ao mesmo tempo, os ganhos dos pequenos partidos* em nada alteraram o quadro político — e o resultado é uma volta ao impasse que deu origem à dissolução do Parlamento, em abril, quando nenhuma das maiorias possíveis se mostrou política ou matematicamente viável.

PERDAS DO PCI — Qual será, então, a solução para se formar o 38.º governo italiano do pós-guerra? Três caminhos são teoricamente possíveis. O primeiro seria a participação direta dos comunistas no governo, uma hipótese que parece pouco provável. O partido majoritário, a DC, continua considerando inviável essa participação face ao caráter “intrinsecamente leninista” do PCI e às óbvias repercussões internacionais que teria sua entrada no governo. Além disso, o PCI não obteve um novo salto eleitoral, que poderia tornar inevitável seu ingresso no governo.

Uma das raras tendências constantes observadas dentro da política italiana era o avanço sistemático, embora moderado, dos votos comunistas desde 1953. O salto de 7,2% em 1976 permitiu-lhes chegar à ante-sala do poder, com o PCI integrando a maioria parlamentar do governo, embora não integrando o gabinete do primeiro-ministro Giulio Andreotti. Mais um passo nessa

* O Partido Radical, voltado para a defesa dos direitos civis e das minorias, foi o que mais cresceu, pulando de 1,1% para 3,4% dos votos e de quatro deputados para dezoito, além de um senador.



SVEN SIMON

Craxi: condições intoleráveis para os "cardeais" da DC

direção e o "compromisso histórico" proposto em 1973 pelo secretário geral Enrico Berlinguer — uma aliança entre DC, PCI e PSI para enfrentar os problemas da Itália —, apenas ensaiado nos últimos dois anos, poderia tornar-se uma realidade. Em vez disso, no entanto, os comunistas recuaram 3,9%. Assim, se os democrata-cristãos vetavam a presença comunista quando os votos do PCI aumentavam, não é agora que vão aceitá-la.

A segunda hipótese para se chegar a um governo seria continuar com Andreotti o "minicompromisso histórico" que permitiu à Itália se manter em pé desde julho de 1976 — isto é, um gabinete dominado pela DC e apoiado "de fora" pelos comunistas. As dificuldades, porém, são inúmeras. Apesar dos êxitos moderados obtidos por essa fórmula — a estabilidade da moeda, a redução da inflação e um início de controle do terrorismo —, os comunistas só tiveram desvantagens com ela, arcando com o ônus de ser governo sem obter qualquer de seus benefícios. Foi justamente por isso que o PCI fez campanha com base no lema "Ou no governo, ou na oposição", e perante seu eleitorado sofreria um desgaste intolerável caso voltasse atrás. E há o argumento decisivo que fulmina essa hipótese: se era para ficar tudo como estava, por que, então, se realizaram eleições, paralisando por seis meses a vida do país?

OUTRA ELEIÇÃO — Um terceiro caminho para se obter uma maioria política seria a volta ao esquema de *centro-sinistra* (centro-esquerda), que conferiu uma relativa estabilidade à Itália de 1963 a pelo menos 1974: a aliança da DC com o PSI, teoricamente apta a conferir uma folgada maioria de 324 deputados, numa Câmara de 630, e de

170 cadeiras num Senado de 322 (atualmente existem sete senadores vitalícios e 315 eleitos). Mas tampouco esta é uma via isenta de obstáculos. Para começar, haveria o formidável problema de ter os comunistas na oposição — situação que o falecido Aldo Moro tudo fez para evitar nos últimos anos, convencido que estava da impossibilidade de governar a Itália sem ao menos a colaboração indireta dos comunistas.

Depois, o próprio PSI tem dificuldades internas: por motivos que remontam à última guerra e à luta contra o fascismo, poderosas forças dentro do partido não pretendem uma ruptura com os comunistas; aceitam participar do governo, mas só com o PCI. Além disso, para aliar-se à DC, o secretário geral do PSI, Bettino Craxi, impõe condições que talvez sejam consideradas intoleráveis pelos "cardeais" democrata-cristãos: ele não aceita uma "posição subalterna" para os socialistas dentro do governo. Em outras palavras, embora tenham um quarto da força eleitoral da DC, os socialistas querem simplesmente dividir os postos do gabinete com o partido majoritário e, talvez, abocanhar mesmo o cargo de primeiro-ministro.

De qualquer forma, na semana passada, já preocupados com outras eleições — desta vez as eleições para o Parlamento Europeu, neste domingo, dia 10 (veja o artigo seguinte) —, os diversos partidos italianos mal tiveram tempo de discutir internamente a política que cada um deverá adotar. E também não há pressa excessiva. Tudo indica que, dentro de um ano ou pouco mais, os eleitores italianos, se tudo continuar como sempre, terão o prazer de voltar às urnas para mais uma eleição legislativa antecipada. ●

EUROPA

A maior eleição

Os votos e as abstenções do Parlamento Europeu

Foi, tecnicamente, a maior eleição já realizada sobre a face da Terra. Na semana passada, 180 milhões de eleitores dos nove países do Mercado Comum Europeu foram chamados às urnas para eleger, pela primeira vez de forma direta, os 410 deputados do Parlamento Europeu, escolhidos entre 2 000 candidatos de 180 partidos ou grupos. "A Europa dá um grande passo na História", opinou o ex-primeiro-ministro conservador inglês Edward Heath. "O mundo inteiro nos contempla." Mas, apesar da amplidão numérica do evento e das frases de efeito, o entusiasmo dos eleitores foi moderado.

No fim da semana ainda não se conhecia a porcentagem de abstenção entre os eleitores de França, Itália, Alemanha, Luxemburgo e Bélgica, que votaram juntos no domingo, mas, segundo as sondagens, elas seriam da mesma ordem, ou pouco mais ou menos, das observadas na quinta-feira, quando o voto coube a Inglaterra, Irlanda, Holanda e Dinamarca. Na Inglaterra, a taxa de abstenção foi de aproximadamente 50%. O que não é de se admirar, pois doze dias antes das eleições uma pesquisa de opinião revelou que 60% de toda a população britânica simplesmente ignoravam que elas seriam realizadas. Na Irlanda, igualmente, metade dos eleitores preferiu ficar em casa — e esse desinteresse foi ainda agravado pela greve dos Correios, pelos quais são distribuídos os títulos de eleitor. Na Holanda, a porcentagem de participação dos eleitores foi um pouco mais elevada — 57,8% —, embora longe dos 90% observados nas eleições legislativas nacionais. Na Dinamarca, finalmente, a porcentagem de abstenção foi de 48%.

Embora os resultados finais do pleito só devam ser divulgados esta semana, parece certo que essa má vontade do eleitorado terá favorecido, no fim das contas, os partidos de centro e direita, que de maneira geral são os mais favoráveis à idéia de uma Europa unida. Segundo diversas previsões, democrata-cristãos, liberais e conservadores deverão obter pelo menos 220 das 410 cadeiras do Parlamento. Por sua vez, os socialistas, que constituem o grupo mais coeso do novo Parlamento, elegerão por volta de 115 deputados. ●